



Anais da Assembléia

N.º 41

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, 04 DE MAIO DE 1983

ANO IX

A COMISSÃO DE CONCURSO PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS DE TAQUIGRAFO NO QUADRO DE PESSOAL DA SECRETARIA DESTA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ,

EDITAL

A Comissão de Concurso para o preenchimento de vagas de Taquígrafo, no Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, constituída pela Portaria n.º 208/83, de 24 de março de 1983, tendo em vista o resultado das provas efetuadas pelos candidatos inscritos, nos dias 29 e 30 de abril e 03 de maio do corrente ano, apresenta a relação por ordem de classificação dos candidatos aprovados:

- 1.º lugar — Média final 9,06
PAULA GREIFO COUTINHO — Inscr. 11
 - 2.º lugar — média final 9,01
PEDRO PAULO B. SANTOS — Inscr. 25
 - 3.º lugar — média final, 8,01
LEATRICE V. X. SILVEIRA — Inscr. 42
 - 4.º lugar — média final 7,09
MARIA DE L. MAGALHÃES — Inscr. 20
 - 5.º lugar — média final, 7,08
ODETE MULLER — Inscr. 01.
 - 6.º lugar — média final, 7,07
EUZA A. RIBEIRO — Inscr. 19
 - 7.º lugar — média final, 7,05
SONIA GORETI OLIVEIRA — Inscr. 26
- Palácio "XIX de Dezembro", em 03/05/83
(aa) **CLOVIS STADLER DE SOUZA** — Presidente
LILIAN MARY REBELLO — Secretária
LAERTES LUIZ FOGGIATO — Membro
ELOI MEZZADRI — Membro
MARILU F. BECKER — Membro

1.ª Sessão Legislativa da 10.ª Legislatura
Ata da 35.ª Sessão ordinária
Realizada em 04 de maio de 1983.

(Quarta-feira)

Presidência do Sr. Deputado Trajano Bastos, secretariada pelos Srs. Deputados Dirceu Manfrinato e Edgar Pimentel.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Trajano Bastos, Nestor Baptista, Werner Wanderer, Dirceu Manfrinato, Fuad Nacli, Acir Mezzadri, Amélia Hruschka, Anibal Khury,, Artagão Mattos Leão, Caíto Quintana, Djalma de Almeida César, Edgard Pimentel, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Luiz Alberto de Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Buffara, Nelson Vasconcellos, Nilso Sguarezi, Odeni Mongruel, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Roberto Requião, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu Lúcio Machado e Tuguio Setogutte (35); achando-se ausentes os seguintes Srs. Deputados: Gernote Kirinus, Francisco Escorsin, Adhail Sprenger Passos, Airton Cordeiro, Antônio Anibelli, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Donato Gulin, Ervin Bonkoski, Ferrari Júnior, Fiori Luiz, Gabriel Manoel, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi

Pugliesi, Ivan Gubert, Leônidas Chaves, Orlando Pessuti, Péricles Pacheco, Quielse Crisóstomo, Tadeu França, Tércio Albuquerque, (22) e em licença o Sr. Deputado Wilson Fortes.(1).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (**Trajano Bastos**) — Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja constituída nesta Casa, Comissão Especial, destinada a realizar estudos sobre a viabilidade da criação da Caixa Econômica Estadual do Paraná, composta de sete Srs. Deputados.

Sala das Sessões, em 04 de maio de 1983.

(a) RUBENS BUENO.

JUSTIFICATIVA:

O nosso Estado cresce vertiginosamente, e a criação da Caixa Econômica Estadual Paraná seria viável, pois já existem em outros Estados da Federação.

Citaremos alguns objetivos que justificariam plenamente a nossa sugestão:

- incentivar a poupança e remuneração adequada dos depósitos das classes menos favorecidas;
- Apoio ao Sistema Financeiro Estadual;
- Relacionamento e cooperação com o Banco do Estado do Paraná e suas subsidiárias;
- Aplicação dos recursos nas regiões mais carentes do Estado.

Para se ter uma idéia da possibilidade da criação da Caixa Econômica Estadual, o volume de depósitos em Cadernetas de Poupança na Região Sul, em março de 1983, foi de aproximadamente de mais de Cr\$ 417.000.000,00 e o volume de depósitos no Estado do Paraná, em novembro de 1982, foi de Cr\$... ..182.000.000,00, e o volume de operações de créditos foi de Cr\$ 374.350.000,00.

a criação da referida casa de crédito irá captar recursos em Cadernetas, Depósitos em Contas Correntes, Depósitos a Prazo, Receitas de Cobranças para o Setor Público e Privado, etc...

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente parabenizando a Associação Médica Regional de Campo Mourão, pela inauguração de sua sede social.

Do presente, solicita que seja dada ciência ao Presidente daquela agremiação, Dr. HIROSHI KASHIWAGI.

Sala das Sessões, em 04 de maio de 1983.

(a) RUBENS BUENO.

JUSTIFICATIVA:

A inauguração da sede social da Associação Médica Regional de Campo Mourão é um marco da integração daquela operosa classe com a comunidade e representa um exemplo do que a cooperação entre os componentes de um segmento da sociedade pode conseguir, visando o bem comum.

Não só os profissionais médicos de Campo Mourão, contribuíram para a conclusão da obra, como muitos de seus colegas de localidades vizinhas envidaram seus esforços para que fosse atingido o objetivo comum.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, envio de apelo ao Excelentíssimo Sr. José Richa, Governador do Estado, no sentido de, através do setor competente, nomear com a máxima urgência os candidatos aprovados em concurso público para Agentes de Segurança, Quarta Classe da Secretaria de Estado da Segurança, cuja homologação foi publicada no Diário Oficial do Estado, em 10/03/83.

Sala das Sessões, em 04 de maio de 1983.

(a) NESTOR BAPTISTA

JUSTIFICATIVA:

A atual crise de desemprego que vem assolando o País e conseqüentemente o nosso Estado, já bem justifica o nosso apelo.

Já há muito tempo os candidatos que prestaram o concurso e foram aprovados, estão aguardando com ansiedade a sua nomeação e como até o presente não foram atendidas suas reivindicações é que estamos apelando ao bom senso do Excelentíssimo Sr. Governador do Estado.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno desta Casa, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, o encaminhamento de sugestão ao Excelentíssimo Sr. Claus Magno Germer, DD. Secretário de Estado da Agricultura, contendo o seguinte:

Levar ao Ilustre Senhor Doutor José Amaral, Diretor-Presidente da COPASA — Cia. Paranaense de Silos e Armazéns, a necessidade de implantação de armazém na cidade de Altônia, deste Estado, o maior centro produtor de café da região, expressivo produtor de soja, milho, feijão, arroz, trigo e algodão, que se vê às voltas com a estocagem de seus produtos, fato que gera especulação exatamente às safras, quando os produtores se vêem impossibilitados de deter seu produto em busca de melhor comercialização.

Por ser este assunto ponto alto das Metas do Governo - garantir o produtor e garantir seus produtos, certo está em ver este seu pedido considerado.

Sala das Sessões, em 04 de maio de 1983.

(a) NELSON VASCONCELLOS

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, na forma regimental, REQUER após ouvido o Plenário, proponha ao Governo do Estado, através da Secretaria da Cultura e dos Esportes, a construção de um Ginásio de Esportes na cidade de Laranjeiras do Sul.

Sala das Sessões, em 04 de maio de 1983.

(a) EDGARD PIMENTEL

JUSTIFICATIVA:

O incentivo à prática dos esportes em geral é um irre-

cusável imperativo imposto aos poderes públicos tal sua importância na formação física e moral da juventude. Apesar de ser uma das mais antigas cidades do Paraná e de já haver sido Capital do extinto Território do Iguaçu, Laranjeiras do Sul ainda se ressentia da falta de uma adequada infra-estrutura. A construção de seu Ginásio de Esportes representa acalentada aspiração de sua comunidade e que hoje trazemos a esta Casa, certos de que o Governo do Estado saberá compreender da urgente necessidade do atendimento de tão justo reclamo.

Lembramos que até municípios de menor densidade populacional já dispõem de seu Ginásio de Esportes o que faz com que a comissão a Laranjeiras do Sul represente uma injustiça que precisa ser reparada com a maior urgência.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições e na forma regimental, REQUER que esta Casa, após ouvido o Plenário, encaminhe proposta à Secretaria da Justiça, através do Governo do Estado, no sentido de que a localidade de São Sebastião, Município de Vera Cruz do Oeste, seja elevada à condição de Distrito Administrativo.

Sala das Sessões, em 04 de maio de 1983.

(a) EDGARD PIMENTEL.

JUSTIFICATIVA:

O crescente progresso do Oeste paranaense determinou a criação de novos municípios, dentre os quais Vera Cruz do Oeste, desmembrado de Céu Azul. Com o passar dos dias estas novas unidades vão reclamando maior estrutura administrativa, com a implantação dos seus distritos o que consolidará a emancipação municipal tão festejada pela laboriosa população de Vera Cruz do Oeste.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER que, após ouvido o Plenário, seja enviado à Itaipu Binacional, ofício, solicitando que a mesma efetue estudos que visem a viabilização de uso da "Faixa de Segurança" que circunda o Lago de Itaipu, pelos agricultores lindeiros, e respectiva regulamentação do uso.

Sala das Sessões, em 04 de maio de 1983.

(a) SÉRGIO SPADA.

JUSTIFICATIVA:

A referida faixa de segurança, compreende uma área de terras que possui uma largura variável de 100 a 500 metros, e a extensão de todo o Lago de Itaipu, perfazendo uma enorme área de terras, e vale dizer, que já foram as mesmas, qualificadas como as mais férteis do mundo. Aproveitada racionalmente, com a exploração de pastagens, pomares, árvores destinadas à produção de lenha, ou qualquer outro cultura permanente, poderá ser obtida fabulosa produção, o que gerará recursos aos colonos, e divisas para os municípios que foram atingidos pela formação do lago, e esta seria de certa forma uma maneira de compensar os prejuízos que as mesmas sofreram. Em particular aos agricultores lindeiros será esta prática, uma oportunidade de aumentar suas lavouras, além de impedir a propagação de ervas daninhas às lavouras, geralmente mecanizadas, que fazem limitações com a faixa de segurança.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER que, após ouvido o Plenário, seja enviado ao Excelentíssimo Sr. Presidente do Tribunal de Justiça, Dr. Alceu Conceição Machado, ofício solicitando

os estudos que se fizerem necessários para criar uma Comarca no Município de Santa Terezinha de Itaipu.

Sala das Sessões, em 04 de maio de 1983.

(a) SÉRGIO SPADA.

JUSTIFICATIVA:

Santa Terezinha de Itaipu, município instalado em fevereiro do corrente ano, experimentou, juntamente com o "Município Mãe", Foz do Iguaçu, um vertiginoso crescimento nos últimos dez anos, em consequência da pujante agricultura e comércio, e também por influências da construção da Hidrelétrica de Itaipu em seu território.

Possui uma população de aproximadamente vinte mil habitantes e uma área de duzentos e cinquenta quilômetros quadrados. Seu comércio conta com mais de 160 estabelecimentos comerciais e vinte estabelecimentos industriais, além de ser possuidor de férteis terras, que proporcionam considerável produção de grãos, basicamente milho, soja e trigo, que contribui para o progresso do Estado e da Nação. Está localizada em distância intermediária entre Foz do Iguaçu e São Miguel do Iguaçu, fazendo com que sua população sempre que carecer da assistência do Poder Judiciário, tenha que se deslocar em direção a uma das duas comarcas vizinhas, acarretando destarte, prejuízos em tempo e dinheiro aos munícipes. Anexamos ao presente, ofício da Excelentíssima Senhora Prefeita Municipal, que reivindica a instalação da comarca em sua comunidade.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER que, após ouvido o Plenário, seja enviado ao Excelentíssimo Sr. Presidente do Tribunal de Justiça, Dr. Alceu Conceição Machado, ofício, solicitando os estudos necessários para viabilizar a elevação da Comarca de Foz do Iguaçu à condição de Entrância Final.

Sala das Sessões, em 04 de maio de 1983.

(a) SÉRGIO SPADA.

JUSTIFICATIVA:

Foz do Iguaçu, experimentou um fenomenal desenvolvimento nos últimos anos, em decorrência da riqueza e potencial da região e da construção da Hidrelétrica de Itaipu, quadruplicando sua população, e em consequência seu movimento de um modo geral. Sua população que em 1975, era de aproximadamente 45.000 habitantes, atinge hoje a casa dos cento e quarenta mil, em consequência desta explosão demográfica, houve um enorme crescimento na demanda dos Serviços Públicos, como consequência natural, aumentaram os problemas atinentes à vida dos cidadãos, subindo o índice de criminalidade, e inadimplências de partes nas relações particulares. Obviamente os serviços prestados pela nossa justiça também sofreu reflexos desse progresso e isso veio a acarretar uma maior demanda dos serviços (bons préstimos) deste Poder.

Adicionalmente a esta justificativa anexamos ofício da Ordem dos Advogados do Brasil, subseção de Foz do Iguaçu, que complementa nossa argumentação, e nossa justa reivindicação.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições e na forma regimental, REQUER que esta Casa, após ouvido o Plenário, encaminhe proposta à Secretaria da Justiça, através do Governo do Estado, no sentido de que a localidade de São Sebastião, Município de Vera Cruz do Oeste, seja elevada à condição de Distrito Administrativo.

Sala das Sessões, em 04 de maio de 1983.

(a) EDGARD PIMENTEL.

JUSTIFICATIVA:

O crescente progresso do Oeste paranaense determinou a criação de novos municípios, dentre os quais Vera Cruz do Oeste, desmembrado de Céu Azul. Com o passar dos dias, estas novas unidades vão reclamando maior estrutura administrativa, com a implantação dos seus Distritos o que consolidará a emancipação municipal tão festejada pela laboriosa população de Vera Cruz do Oeste.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, seja encaminhado a Sua Excelência o Sr. Deputado Deni Schwartz, Secretário de Estado dos Transportes, expediente consubstanciado em pedido de informações, no sentido de esclarecer esta Casa dos motivos que determinaram a não utilização, até a presente data, da nova estação rodoviária construída na cidade de Jacarezinho.

Sala das Sessões, em 04 de maio de 1983.

(a) ERONDY SILVÉRIO.

JUSTIFICATIVA:

A solicitação se faz a fim de que aquele órgão esclareça a esta Casa e à opinião pública de Jacarezinho porque, até a presente data, a nova estação rodoviária construída pelo Estado não foi liberada para a sua utilização, continuando os usuários a se servirem das instalações da antiga rodoviária com grande desconforto. A nova estação rodoviária foi construída e atualmente se encontra abandonada ocasionando a deterioração de suas instalações.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

Os Deputados Estaduais, que a este subscrevem, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno desta Casa, requerem à Mesa, ouvido o Plenário, o encaminhamento de sugestão ao:

a) Excelentíssimo Senhor Amaury Stábile, Digníssimo Ministro da Agricultura;

b) Ilustríssimo Senhor Oswaldo Roberto Colin, Mui digno Diretor-Presidente do Banco do Brasil, Brasília;

c) Ilustríssimo Senhor Carlos Langoni, mui digno Diretor-Presidente do Banco Central, Brasília;

d) Ilustríssimo Senhor Luiz Norberto Silva Ratto, mui digno Superintendente Regional de Operações no Estado do Paraná, no sentido da mais rápida liberação total das verbas contratadas junto ao Banco do Brasil de Umuarama, destinadas a colheita de café que já se desenvolve e carece deste imediato apoio das autoridades, sem o que os prejuízos não serão suportados pelos cafeicultores.

Faço este apelo que também é apelo do Sindicato Rural de Umuarama e dos Cafeicultores, na esperança de soluções rápidas e voltadas para a lavoura.

Sala das Sessões, em 04 de maio de 1983.

(aa) NELSON VASCONCELLOS e TUGUIO SETOGUTTE.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado Estadual que a este subscreve, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno desta Casa, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, o encaminhamento de sugestão ao Excelentíssimo Senhor Claus Magno Germer, digníssimo Secretário de Estado da Agricultura, contendo o seguinte:

Ressaltar ao ilustre Senhor Doutor José Amaral, Diretor-Presidente da COPASA — Companhia Paranaense de Silso e Armazéns, a necessidade da implantação de armazéns na Cidade de Pérola, a fim de estocar a expressiva produção agrícola que

na área se verifica e que sofre os efeitos da especulação às safras e altos fretes, fatos já amplamente conhecidos de todas as autoridades.

Certo de que Pérola receberá esse benefício, desde já agradeço os esforços da Secretaria da Agricultura.

Sala das Sessões, em 04 de maio de 1983.

(a) NELSON VASCONCELLOS.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de expediente à professora Gilda Poli da Rocha Loures, Secretária de Estado da Educação, solicitando a construção do prédio da Escola João de Mattos Leão - ensino de 5a. a 8.a séries, localizada no Distrito de Alto Porã, Município de Ivaiporã.

Sala das Sessões, em 03 de maio de 1983.

(a) ORLANDO PESSUTI.

JUSTIFICATIVA:

A Escola João de Mattos Leão atende atualmente aproximadamente 200 alunos de 5a. a 8a. séries, todos da área rural, sendo o seu prédio de construção original em madeira, que devido sua antiguidade encontra-se em estado precário, com paredes apodrecidas, prejudicando todo o funcionamento da escola.

A péssima situação desse prédio, tem ocasionado a paralisação das aulas em dias de chuva, pois o telhado e janelas não tem oferecido proteção contra o vento, chuva e frio.

Da necessidade que vemos em aplicar mais recursos na Educação, objetivando melhorar a qualidade do ensino, entendemos que os fatos acima expostos justificam a construção do prédio da escola inicialmente identificados.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, na forma regimental, REQUER, após ouvido o Plenário, solicita envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Secretário do Interior, Dr. Nelson Miguel Friedrich, não punam os usuários de seus serviços com cortes de energia, água e telefones nas sextas-feiras ou vésperas de feriados.

Sala das Sessões, em 04 de maio de 1983.

(a) EDGARD PIMENTEL.

JUSTIFICATIVA:

O corte das ligações domiciliares de energia elétrica, água e telefone nas sextas-feiras ou nas vésperas de feriados chega a causar os mais sérios transtornos ao consumidor que tenha a infelicidade de esquecer ou extraviar o drástico aviso e que já encontre os estabelecimentos bancários com suas portas cerradas.

As lamentáveis consequências podem muito bem ser imaginadas com o drama das famílias privadas de serviços essenciais, sem luz ou sem água em todo o final de semana.

Nada impede às empresas que exploram tais serviços transferir os primeiros dias úteis da semana a execução de cortes no fornecimento de energia elétrica, água e telefone, poupando à população os tristes dissabores de um dramático final de semana como costuma acontecer tão freqüentemente. Isto porque a cobrança das multas e juros que recaem sobre o consumidor inadimplente sempre é efetuada, implacável e inexoravelmente, quando dos pedidos de religações.

A medida visa humanizar, pelo menos um pouco, os rigores de um sistema econômico que tanto penaliza o nosso povo tão sacrificado com as altíssimas taxas e tarifas e que tanto agravam o processo inflacionário.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente a Superintendente do INAMPS-Pr., Dra. Ana Luiza Schmaider Gondin, solicitando urgência no credenciamento de Dentistas e Oftalmologistas para o Município de Ivaiporã.

Sala das Sessões, em 04 de maio de 1983.

(a) ORLANDO PESSUTI.

JUSTIFICATIVA:

A falta de dentistas e Oftalmologistas credenciados pelo INAMPS em Ivaiporã, tem feito a população da região Central do Estado, na sua maioria previdenciários desse Instituto, deslocar-se para outras regiões, ocasionando maior despesa como hospedagem e perda de tempo, em busca de tais serviços médicos.

Neste sentido, vemos a necessidade de amenizar as dificuldades encontradas pela população, e também de evitar transtornos com a demora do atendimento.

Por outro lado, Ivaiporã está servida de diversas clínicas e consultórios dentários, além de uma bem preparada clínica oftalmológica; entretanto, não temos nenhum profissional ou entidade credenciado pelo INAMPS.

Entendemos que o acima exposto vem justificar a solicitação e dessa forma facilitar o atendimento oftalmológico e dentário dos previdenciários da Região Central do Estado.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, na forma regimental, REQUER a Vossa Excelência, que após manifestação do Plenário, seja transcrito nos Anais dessa Casa, a matéria publicada na "Folha de Londrina", no dia 21 de abril de 1983, com o título: será assinado hoje protocolo para recuperar bacia poluída.

Outrossim, REQUER ainda que da decisão desta Casa se dê conhecimento ao Presidente e demais edis na Câmara Municipal de Ubatã.

Sala das Sessões, em 04 de maio de 1983.

(a) RUBENS BUENO.

JUSTIFICATIVA:

A transcendência dos atos públicos tem importante graduidade à medida em que implica na produção de benefícios à população em geral. Este raciocínio jamais será alterado a não ser que a ordem natural das coisas deixe de acompanhar a justiça e equitativa distribuição dos valores sociais, não prevaleça mais nas decisões dos que estão no Poder.

O Governo de José Richa tem primado desde o início de sua gestão, pela proteção dos ideais e anseios do povo paranaense.

Assim é que, partindo das diretrizes eminentemente objetivas e consentâneas com a realidade regional, o Governo do Estado tem procurado atender aos mais diversos campos de atividades, através dos programas de incentivos e de auxílio direto seja na agricultura, na pecuária ou na indústria, para não citar outras...

Razão pela qual apoiamos a iniciativa de todas as classes sociais, e órgãos governamentais, empresas particulares de assistência técnica e de crédito, associações religiosas, além de autoridades dos Poderes Executivos, Legislativos e Judiciais, na assinatura de um protocolo de intenções, visando a recuperação da bacia do Rio ÁGUA GRANDE, que abastece a cidade de UBIRATÃ.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N.º 41/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a Fundação “João XXIII”, pessoa jurídica de direito privado, com sede e foro na cidade de Campo Largo.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04 de maio de 1983.

(a) ACIR MEZZADRI.

JUSTIFICATIVA:

A entidade que pretendemos seja declarada de utilidade pública, com sede e foro na cidade de Campo Largo, está devidamente registrada no Cartório do Registro Civil das Pessoas Jurídicas (Registro de Títulos e Documentos), estando em plena atividade, desde 1979. A entidade não tem fins lucrativos, não distribui vantagens financeiras, a qualquer título, a seus associados, e sua Diretoria não recebe remuneração de nenhum modo. Seus objetivos são, dentre outros: fomentar o desenvolvimento de atividades comunitárias, principalmente no campo da cultura, educação, lazer e atividades esportivas, assistência social, artes, comunicações e até assistência judiciária complementar.

Submetemos, dessa forma, o presente projeto de lei à apreciação dos nobres Pares, esperando possa contar com sua aprovação.

PROJETO DE LEI N.º 42/83.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica denominada Vereador PEDRO JOSÉ DA SILVA, a Rodovia PR-469, que liga Pato Branco-Itapejara-Verê-Dois Vizinhos.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04 de maio de 1983.

(a) NILSO SGUAREZI.

Apoio. Caíto Quintana, Rubens Bueno e Paulo Furiatti.

JUSTIFICATIVA:

O nome do Vereador PEDRO JOSÉ DA SILVA, está indissolúvelmente vinculado à histórica conquista do Sudoeste do Paraná. Vereador em Pato Branco, quando este município abrangia os então distritos e hoje municípios de Itapejara, Verê e Dois Vizinhos, passou a liderar movimento que chamasse atenção das autoridades constituídas para a gravidade dos acontecimentos que envolviam a luta pela propriedade.

Mais conhecido como PEDRINHO BARBEIRO, foi assassinado em 18 de maio de 1957 no então Distrito de Verê. Sua morte foi o estopim da grande revolta armada que aconteceu no Paraná, e, que mais tarde levou o governo a resolver em definitivo aquele grave problema fundiário.

No dizer do Senador OTHON MADER, em discurso que pronunciou em 09 de dezembro de 1957, no Congresso Nacional, “PEDRO BARBEIRO”, era mais que um simples colono porque era um líder dos colonos. Procurando defendê-los da ganância e das arbitrariedades das companhias colonizadoras, Pedro José da Silva organizava assinaturas naquele distrito para um abaixo-assinado que já contava com cerca de duzentos nomes, a ser dirigido ao Governo Federal, pedindo providências contra as violências e extorsões daquelas empresas e uma solução para a situação dos colonos e posseiros, que sem garantias de suas casas e lavouras estavam na necessidade de que o governo solucionasse questões de terras. Por esse motivo foi morto covardemente.

O projeto visa pois homenagear um homem que deu tudo, inclusive a sua própria vida, para que a história do Sudoeste,

hoje pudesse contar com esta rodovia para conduzir a riqueza produzida pelos milhares de colonos que ali vivem e hoje detêm suas propriedades regularizadas.

Pedro Barbeiro foi um herói. Logo após sua morte, todos os partidos políticos em nota conjunta, assim declararam:

“RESOLUÇÃO” — Resolução tomada nesta data, 09 de outubro de 1957, pelos representantes dos partidos políticos e do povo de Pato Branco, Estado do Paraná. Em vista dos graves e lutosos acontecimentos que vem ocorrendo nesta região do sudoeste paranaense, especialmente nos distritos de Verê e Dois Vizinhos, nesta comarca de Pato Branco, num sucedâneo do já ocorrido em distritos do Município de Capanema, Santo Antônio, Marrecas, Pato Branco, acontecimentos esses que não só enlutaram diversas famílias, como também deneigraram o bom nome de nós, brasileiros, levando não só dentro do território nacional como também no estrangeiro, o assasísio sem precedentes, levado a efeito por elementos pertencentes à companhia colonizadora aqui sediada, atacando, enlutando, destruindo e mutilando famílias de bravos colonos radicados nesta região, tendo por égide o cruel assassinato de Pedro José da Silva, vereador representante do Distrito de Verê, desta comarca de Pato Branco, e ultimamente o assassinato de dois pacatos colonos ocorridos no dia 06 de agosto último, culminando com atroz e bárbaro espancamento da família do Sr. Otto Schwarz, cidadão que se encontra desde a data do fato, no dia 7 do corrente, desaparecido, presumindo até mesmo seus familiares que se encontra morto na mata, considerando também o brutal saque e incêndio ocorrido na casa do Sr. José Rodrigues, residente em Dois Vizinhos, Município de Pato Branco, há quatro dias passados, tendo este mesmo assistido petrificado o que foi efetuado em sua sobrinha menor de catorze anos de idade, tendo tais fatos exaltado sobremaneira o ânimo do povo aqui residente num gesto de altiva indignação, pois representantes de todos os partidos políticos, por intermédio dos seus presidentes — PSD, PTB, PSP, PRP, UDN desta Comarca de Pato Branco em reunião hoje realizada, isto é, a nove deste mês, com início às duas horas da tarde e considerado ainda que é público e notório a pretendida invasão por aqueles elementos de companhias colonizadoras nas casas dos bravos colonos aqui residentes, embora tais fatos, já levados ao conhecimento dos poderes competentes do Estado e até hoje sem qualquer solução. Resolveram: 1) em sinal de protestos pela brutalidade ocorrida podendo mencionar o já citado saque e incêndio da família do Senhor José Rodrigues, esta Comissão resolve, em primeiro plano, como sinal do veemente protestos, cerrar as portas do comércio desta cidade por três dias consecutivos. 2) — constituir uma comissão, composta dos presidentes dos partidos políticos locais - PDS, PTB, PSP, UDN, PRP — para, entrelaçados por sentimentos de humanidade, em defesa dos sagrados direitos democráticos, especialmente dos colonos e iminência do massacre, irem em comissão especial, à capital do Estado, a fim de dar “ultimatum”, aos Srs. representantes do Poder Judiciário, do Poder Executivo e do Poder Militar, na pessoa dos Srs. Desembargador Presidente do Tribunal de Justiça do Estado, Secretário do Interior e Justiça e Comandante da 5a. Região Militar, para tomarem conhecimento da deliberação tomada pela reunião efetuada em caráter de emergência, solicitando às mesmas, providências urgentes, no sentido de que, imediatamente, sejam retirados ou sustadas as atividades das já referidas companhias colonizadoras das terras em caráter litigioso na esfera judicial federal, para o que determina o prazo de três dias, atitude esta que deverá ser tomada por aqueles poderes já mencionados no prazo de 12 horas, contadas da data de apresentação deste memorial aos respectivos poderes sob pena de dita Comissão se dirigir pessoalmente ao Poder Judiciário Federal, bem como e muito especialmente ao Excelentíssimo Sr. Ministro da Guerra, General Teixeira Lott, numa atitude definitiva e num verdadeiro apelo para

solução aqui pleiteada'

"Subscrevem o presente os representantes dos partidos políticos, eleitos na reunião já mencionada e foi levado a Curitiba pela seguinte Comissão: Vicente Elizeu Ampessan - Representante do PSP; Otício Paschoal Pedrolo - Representante do PRP; Guerino Zandoná - Representante do PDS; Casemiro Gauze - Representante do PTB; Douglas Cardoso - Representante da UDN.

Uma Nação tem que reverenciar seus mortos. Dar nome a PR-469 de PEDRO JOSÉ DA SILVA é prestar justa homenagem a todos os que lutaram arriscando suas vidas pela conquista do Sudoeste. Afinal o sentido da homenagem é marcar, com o asfalto do progresso, a histórica luta que nossos antepassados, pais e avós tiveram, para implantar a civilização que hoje somos. Que os viajantes e transeuntes da PR-469, saibam da coragem, heroísmo e espírito público, com que desde cedo forjou-se a civilização do Sudoeste do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Está finda a leitura do expediente.

Esta Presidência anuncia as presenças em Plenário, do Dr. Jorge Moreira da Silva, Prefeito de Cianorte. Também do Sr. Antônio Cabeira de Sá, Prefeito de São Tomé.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Gabriel Sampaio.

O SR. GABRIEL SAMPAIO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lê): "A tão propalada PARTICIPAÇÃO DEMOCRÁTICA, carro-chefe do proselitismo do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, tem recebido dos nossos detentores do poder em nosso Estado, reiterados golpes. O Diário Oficial de 19 de abril passado oferece mais um exemplo das armadilhas preparadas pelos mandatários, com o intuito de enganar aqueles que acreditaram no cumprimento das promessas apregoadas de campanha política do ano passado. Estou me referindo à promessa de eleição direta para a escolha dos diretores das escolas estaduais. No calor dos debates e dos pronunciamentos públicos os candidatos do PMDB endossaram a antiga reivindicação dos professores paranaenses de que os diretores das escolas estaduais fossem escolhidos mediante eleição direta. Encerrado o pleito e empossados os vencedores, chegou a hora de o povo cobrar o cumprimento das promessas. Dentre as muitas promessas feitas e não cumpridas fielmente, ressalta a da escolha dos diretores mediante eleição direta.

O jornal da campanha eleitoral do Governador José Richa "Democracia e Justiça Social, Diretrizes de Governo", traz a promessa de "Implantar o sistema de eleições diretas para diretores, nas escolas de todos os níveis de ensino, com a participação de professores, servidores, pais e alunos." (Item 13 do referido Jornal). No entanto, assistimos a uma tentativa de ludibriar o povo paranaense e principalmente os professores que tanto têm lutado para que essa medida democratizante fosse implantada. Tanto isto é verdade que a Associação dos Professores, como toda a população, foi surpreendida pela decisão do Senhor Governador e da Secretária de Educação, de fazer realizar as eleições para diretor das escolas estaduais, por métodos que não atendem os anseios da classe do magistério. Esta decisão está expressa no Decreto n.º 455, de 13 de abril de 1983 e publicado no Diário Oficial do Estado de 19 de abril.

O Decreto, que parece ter sido elaborado de afogadilho, no intuito de impedir que os professores exigissem o cumprimento integral da promessa, estabelece a eleição, NÃO DO DIRETOR, MAS de uma LISTA TRÍPLICE de professores e especialistas do estabelecimento de ensino. Dentre os componentes desta lista tríplice, a Secretária de Educação indicará "DEMOCRATICAMENTE" quem será o diretor da escola. Até onde será esta escolha arbitrária ou até onde esta escolha estará sujeita à ação e à imposição dos chamados "comandos polí-

ticos", cuja extinção foi exigida pelos professores e prometida pelos candidatos do PMDB? Este tipo de eleição nada mais é do que um engodo, destinado a enganar os menos exigentes e a acalmar os mais ardorosos.

É certo que os professores sempre lutaram pela participação comunitária nas decisões que abrangem as escolas. No entanto, o Decreto, ao estabelecer que poderão votar os professores, especialistas e servidores em exercício no estabelecimento, os alunos do segundo grau e os pais dos alunos regularmente matriculados, concentrou a decisão nas mãos dos alunos e de seus pais, uma vez que nos estabelecimentos de ensino o número de alunos ultrapassa sobremodo o de professores, especialistas e demais servidores.

Portanto, comporão as listas tríplices, apenas aqueles professores ou especialistas que forem do agrado dos alunos do segundo grau ou dos pais de alunos. Estamos certos de que esta proposta não pode, de maneira alguma, corresponder à expectativa dos professores. Não foi para ganharem este "presente de grego" que os professores tanto batalharam!

Outra prova de que o Decreto foi elaborado às pressas é a omissão da data de posse dos diretores a serem, com o perdão da palavra, "eleitos" este ano. Ou melhor, o Decreto estabelece que os diretores terão o mandato iniciado no primeiro dia útil do ano civil. Portanto, a não ser que a data da posse desses diretores dia seja considerada "caso omissio", dependendo assim dos interesses da Senhora Secretária da Educação, o mandato dos "escolhidos" só terá início no dia 2 de janeiro de 1984 e seu mandato será de um ano.

Os "pensadores" educacionais do novo Governo, apregoam, sem o menor respaldo, que a eleição direta dos diretores contribuirá para a melhoria da qualidade do ensino. Não será, no entanto, enganando os professores, especialistas e servidores de nossas escolas que esse objetivo será atingido. Começa mal o novo Governo, pois, parafraseando o grande estadista americano, não será possível enganar todos os professores o tempo todo".

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito para o Pequeno Expediente, Sr. Deputado Tuguio Setogutte.

O SR. TUGUIO SETOGUTTE — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lê): "O Paraná está recuperando, paulatinamente, a posição de destaque que já ocupou na produção cafeeira no País, dispondo hoje de aproximadamente quinhentos e trinta milhões de pés de café, que deverão proporcionar este ano, uma safra estimada entre quatro e meio a cinco milhões de sacas, representando uma substancial contribuição ao esforço brasileiro para aumento das exportações e obtenção de maior número de divisas.

No conjunto do esforço paranaense para recuperação da lavoura cafeeira, a região de Umuarama é a que se apresenta com maior destaque, detendo hoje a posição de mais ou menos, quarenta por cento dos cafeeiros existentes no Estado, isto é, em torno de duzentos e doze milhões de pés de café.

A par de representar um produto agrícola de comercialização externa só em moedas fortes, internamente, a lavoura cafeeira é de grande importância sócio-econômica, pois emprega bastante mão-de-obra, gerando empregos na zona rural e fixação do homem onde ele mora, evitando-se dessa forma engrossar a legião dos que deixam os campos em busca das cidades, contribuindo para o aumento do êxodo rural.

Daí decorre a necessidade de termos sempre presentes medidas de amparo à lavoura cafeeira.

Assim é, que solicito a manifestação desta Assembléia para que sejam enviadas mensagens ao Diretor de Crédito Rural do Banco Central: Kleber Leite de Castro, ao Diretor de Crédito Rural do Banco do Brasil: Aléssio Vaz Primo, ao Supe-

rintendente do Banco do Brasil: Rubens N. Ratto e ao Ministro da Agricultura: Amaury Stábile; no sentido de que seja autorizada a liberação total e urgente das verbas contratadas junto ao Banco do Brasil em Umuarama, e destinada à colheita do café.

Essa providência se impõe, uma vez que o montante de quatrocentos milhões de cruzeiros, que deveriam já ter sido liberados a partir de março, não o foi até agora.

O apelo desta Assembléia torna-se imperativo das nossas preocupações, em atender a um importante setor da economia estadual e da Nação brasileira. Também do nosso empenho em garantir e aumentar as oportunidades de trabalho na zona rural, até na região de Umuarama.

Cabe ressaltar a necessidade urgente da liberação desses recursos para que os cafeicultores da região de Umuarama possam fazer frente aos seus compromissos.

Desejo acrescentar que essa é também preocupação do do Sindicato Rural de Umuarama que, através do seu Presidente, Renato Antônio Fontana, fez chegar a esta Assembléia a reivindicação dos trabalhadores daquela região, que se mostram apreensivos com a demora na liberação dos 400 milhões de cruzeiros destinados à colheita de café.

Idêntica preocupação já foi tornada pública pela Federação da Agricultura do Paraná, que vem fortalecer a nossa argumentação pelo pronunciamento desta Assembléia em benefício dos cafeicultores e dos trabalhadores rurais do Paraná.

Causa estranheza que o Governador José Richa, que esteve, recentemente, duas vezes em Brasília, não tenha sequer manifestado interesse para a liberação imediata desses recursos, o mesmo ocorrendo com o Secretário do Planejamento, Belmiro Valverde, enquanto o Secretário da Agricultura, Klaus Germer, sequer tomou conhecimento de tão importante assunto.

Por isso, o nosso apelo para que a Assembléia Legislativa dirija o apelo às autoridades do Banco Central, do Banco do Brasil e ao Ministro da Agricultura para a liberação dos recursos mencionados."

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Sérgio Spada.

O SR. SÉRGIO SPADA — Senhor Presidente, Srs. Deputados e Senhoras Deputadas.

Recebi há poucos instantes no meu gabinete cópia de um telex, que para esta Casa e para a Liderança do PMDB foi enviado, denunciando um grave acontecimento no Município de Foz do Iguaçu, através do qual, diz que o cidadão José Pereira, possuidor de uma pequena construtora no Município de Foz do Iguaçu, agrediu fisicamente, inclusive de arma em punho, o Líder do PMDB na Câmara Municipal de Foz do Iguaçu e isso nos preocupa muito Senhor Presidente, Senhores Deputados, pois que este elemento José Pereira, expedicionário de guerra, é useiro e veseiro em agir dessa maneira naquele município.

Em 1980 esse mesmo indivíduo agrediu o então Vereador Ivan Teixeira, arrancando-o de dentro do seu próprio carro, e ameaçando-o de morte, isso porque, Senhor Presidente, segundo a própria argumentação desse Sr. José Pereira, ele não admite crítica ao interventor de Foz do Iguaçu, Coronel Clóvis da Cunha Viana. Isso é uma violência própria do Poder Legislativo de Foz do Iguaçu, é uma violência a toda a classe política do Estado do Paraná. Um elemento com estreitas ligações com a Prefeitura Municipal, possuidor de uma empresa construtora, que tem feito grandes contratos de construção de obras no Município de Foz do Iguaçu, um elemento que se encontra costumeiramente no gabinete do Coronel Clóvis da Cunha Viana, que sai às ruas agredindo cidadãos, dizendo que não admite críticas nem mesmo à Câmara Municipal, por esses que

foram legitimamente empossados com o respaldo do voto popular, à administração municipal de Foz do Iguaçu, que, diga-se de passagem, é uma administração caótica e falida.

Existe um estreito relacionamento entre o fato e a administração municipal de Foz do Iguaçu e isto é muito grave, Sr. Presidente e Srs. Deputados, isso vem aumentando sensivelmente o que já é uma situação lamentável. Clima tenso, violência, em uma das cidades mais violentas do Brasil. Isso nós temos que dizer. É aumentada a violência e isso repercute no Brasil inteiro, por obra, direta ou indiretamente do próprio Prefeito Municipal, que lá deveria estar, levando a paz e o conforto para os cidadãos iguaçuenses, que vivem momentos difíceis. Um elemento da estreita amizade e de grandes negócios com a Prefeitura Municipal, covardemente, pega uma arma e agride um vereador nosso, Líder da Bancada, na Câmara Municipal de Foz do Iguaçu. Temos que anunciar este fato, porque ele tem muito a ver com a atuação política da administração do coronel Clóvis Cunha Viana. Nessa atitude infeliz desse indivíduo que se diz defensor do Coronel Clóvis Cunha Viana, obteve a reprovação de toda classe política, de toda a sociedade de Foz do Iguaçu e foi condenado, por toda a opinião pública dali, o interventor Clóvis Cunha Viana.

A própria Câmara de Vereadores emitiu nota com a assinatura dos quinze vereadores daquela Câmara Municipal, condenando a atitude e a omissão do Coronel Clóvis Cunha Viana, nesse ato de um elemento, volto a repetir, vinculado à Prefeitura Municipal.

Portanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, não podemos ficar calados quando um companheiro nosso é agredido de maneira tão covarde como essa que ocorreu em Foz do Iguaçu. Deixo registrado nos Anais desta Casa, o nosso repúdio e a nossa solidariedade ao Vereador Perci Lima, que foi covardemente agredido pelo Sr. José Pereira.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Concedo a palavra ao orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Nestor Baptista.

O SR. NESTOR BAPTISTA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Numa época em que a palavra mais usada e me lembrava agora do Deputado Eduardo Baggio, é a palavra patrulha, ocupo a tribuna apenas para solicitar o apoio da minha bancada, e porque não dizer, também da Bancada do PDS, em requerimento apresentado nesta Casa, solicitando ao Sr. Governador do Estado que nomeie os candidatos aprovados em concurso público, agentes de segurança de quarta Classe da Secretaria de Segurança Pública, cuja homologação foi publicada no "Diário Oficial do Estado" em 10 de março de 1983.

A atual crise de desemprego que vem assolando o País e conseqüentemente o nosso Estado, já bem justifica o nosso apelo. Já há muito tempo os candidatos que prestaram o concurso e foram aprovados, estão aguardando com ansiedade a sua nomeação. Como até o presente não foram atendidas as suas reivindicações, é que estamos apelando desta tribuna, ao bom senso do Excelentíssimo Senhor Governador do Estado.

Tenho conhecimento, inclusive a nossa Liderança também tem, de que um número, me parece de quarente e cinco agentes aprovados, estão aguardando a nomeação e passando hoje por sérias dificuldades. Antes deste requerimento, tive a oportunidade de me informar na Secretaria de Segurança Pública desta possibilidade de contratação. As denúncias que muitas vezes são feitas desta Casa, de que há falta de segurança, se justificam, porque há, Sr. Presidente, falta de pessoal especializado, de gente capacitada para atender a comunidade paranaense. Esses homens foram aprovados em concurso público, são merecedores portanto, através da sua capacitação, de uma indicação ou melhor, da sua nomeação, para o cargo de agente

de segurança.

Por isso faço este apelo na tarde de hoje, solicitando também, que a nossa bancada ou os Parlamentares que têm assento nesta Casa, possam aprová-lo, para que tenhamos o mais breve possível, uma solução que é acima de tudo, não uma solução pessoal para cada agente ao ser nomeado, mas uma solução de segurança para a comunidade do Paraná.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Esta Presidência anuncia com satisfação a presença em plenário do Sr. Vereador Wilmo Barcelo Marcondes, Presidente da Câmara Municipal de Toledo.

Concedo a palavra ao orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Rubens Bueno.

O SR. RUBENS BUENO — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê) : “Contando com a solidariedade dos Deputados Paulo César Furiatti, Orlando Pessuti e Sabino Brasil de Campos, ilustres membros da Bancada do PMDB nesta Casa, tivemos a honra de apresentar em data de ontem, projeto de lei que sem dúvida alcançará uma posição destacada nas páginas da história do nosso Estado.

Refiro-me, Srs. Deputados, ao projeto que dispõe sobre o controle de agrotóxicos e outros biocidas, que é irmão gêmeo de idêntica iniciativa adotada no Rio Grande do Sul, pelo Deputado Antenor Ferrari, sancionado soberanamente pela Assembleia daquele Estado, após a rejeição do veto parcial do então Governador José Augusto Amaral de Souza. No Rio Grande do Sul, Srs. Deputados, esta iniciativa conseguiu unir em uma só frente, porque a causa é nobre e justa, os Deputados do PDS, do PDT e do PMDB. Ousamos afirmar que nesta Casa, o projeto que tivemos a honra de subscrever, contará com o apoio integral dos membros da nossa Bancada e dos ilustres representantes do PDS.

Nosso projeto institui uma legislação estadual específica, para disciplinar a prevenção, o controle, a vigilância e a fiscalização de pesticidas no território paranaense, com base em três princípios democratizantes:

- publicidade, inclusive das práticas administrativas concretas;
- responsabilidade dos agentes públicos ; e,
- participação da comunidade.

Entendemos, Srs. Deputados, que a sintetização de substâncias químicas e seu emprego na agricultura, de um lado contribui para o aumento da produtividade, mas, de outro, veio contaminar o meio ambiente, provocando novas e graves enfermidades.

Os compostos organo-clorados e organo-fosforados, têm contra si o libelo científico de serem causadores de paralisia, cegueira, efeitos cancerígenos e outras doenças incuráveis.

Em julho de 1981, Sr. Presidente, a conceituada revista norte-americana “Newsweek” dizia que a venda de pesticidas tão violentos como o DDT, Aldrin e Palathion, que é rigidamente controlada na América, é livremente usado nos países do terceiro mundo.

Enquanto isso, estudos realizados por autoridades federais, demonstram que no período compreendido entre 1976 e 1979, foram registrados duzentos e oito casos de morte no Brasil e três mil, quinhentos e quarenta e oito casos de doenças por envenenamento, em consequência do uso abusivo de agrotóxicos.

Os técnicos reconhecem, Srs. Deputados, que todos estes efeitos deletérios já não encontram mais justificativas sob o prisma estritamente econômico, de rentabilidade das lavouras. Os agricultores utilizam hoje, doze vezes mais pesticidas que há trinta anos, mas as perdas das lavouras quase duplicaram neste período.

Com a aprovação do projeto que apresentamos, será possível articular as áreas de competência sanitária e ambiental, do Estado e da União, tornando obrigatório o cadastramento prévio de todos os agrotóxicos no órgão federal competente.

E mais, Srs. Deputados: só terão ingresso no território estadual, os agrotóxicos cujo uso não seja proibido no País de origem. Todos os demais produtos agrotóxicos, aqui manipulados, industrializados e comercializados, ficarão sujeitos a um rígido controle de rotulagem, em obediência aliás ao que dispõe a legislação federal. E a sua aplicação nas lavouras e demais atividades agropecuárias, só será possível mediante o repositório agrônomo.

Por estas razões, Sr. Presidente, esperamos contar com o apoio de todos os Deputados desta Casa, do Governo do Estado e das associações representativas dos engenheiros agrônomos, médicos-veterinários e engenheiros florestais, bem como dos dirigentes das associações e cooperativas que interferem, com o seu trabalho diário, na produção agrícola e que tornaram o Paraná o maior produtor de alimentos e de grãos destinados ao mercado nacional e internacional”.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Concedo a palavra ao orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Nelson Buffara.

O SR. NELSON BUFFARA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Não é nossa intenção polemizar com o brilhante Deputado Sérgio Spada, que representa a Região de Foz do Iguaçu. Entretanto, Sua Excelência, há poucos instantes, fez uma seriíssima acusação que caracteriza uma tentativa de homicídio. E em se tratando de tentativa de homicídio, já que declarou o Sr. Deputado Sérgio Spada, que alguém que freqüente o gabinete do Prefeito — Coronel Clóvis — teria de arma em punho, tentado contra a vida de um Vereador do PMDB. Se procede esta acusação, o caminho correto, o caminho adequado, é que se instaure um inquérito na Delegacia de Polícia de Foz do Iguaçu, que seja caracterizada a tentativa de homicídio. Creio ser muito fácil, já que o Governo é do ilustre Deputado. Se o Delegado de Foz do Iguaçu não quiser tomar essa providência, nada mais fácil do que recorrer ao Secretário de Segurança, e este por sua vez, recomendar ao delegado, que tome as providências cabíveis.

Nossa presença nesta tribuna, é em função do Deputado que deveria refutar as acusações do Deputado Sérgio Spada no que concerne à tentativa de homicídio, talvez com mais condições do que eu, o Deputado Tércio Albuquerque que se convesce, de um acidente, senti ser um dever indeclinável, vir a esta tribuna, dizer ao Deputado o caminho adequado, é o que recomendei.

Portanto, a Delegacia de Polícia de Foz do Iguaçu é órgão competente para proceder, de forma mais correta, mais adequada e mais eficaz, o inquérito.

Fica aqui a minha sugestão ao Deputado, porque creio ser descabida a acusação nesta Casa, já que as considerações que teci são frontalmente contrárias, ao que o Deputado acabou de dizer da tribuna há minutos atrás.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — No Grande Expediente, concedo a palavra à Senhora Deputada Amélia Hruschka.

A SR.^a AMÉLIA HRUSCHKA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lê): “Nesta tarde, uso da tribuna deste Poder para registrar nos Anais desta Casa, um artigo memorável escrito pelo Professor da Universidade Federal do Paraná, J. Petrelli Gastal-

di, o qual com a sua sabedoria invejável, diz ao Presidente da República em que Pátria desejamos viver. O presente artigo escrito na "Gazeta do Povo", em 27 de abril de 1983, é o traço fundamental do desejo não só do Professor Gastaldi, mas o desejo nosso e de todos os brasileiros conscientes de suas responsabilidades e sequiosos de viver num Brasil mais brasileiro, mais justo, mais humano, mais nosso.

Eis o artigo "Em que pátria desejamos viver?, seria possível responder: desejamos viver num país no qual sejam reduzidas as desigualdades sociais, eliminada a miséria e no qual os desprivilegiados sejam incorporados às vantagens do desenvolvimento. Desejamos viver num país onde seus recursos naturais não sejam leiloados aos interesses das multinacionais. Um país no qual as metas prioritárias tenham por objeto o homem, visando o bem-estar e a justiça social. Um país a tributar preferencialmente o capital ao trabalho e cujos planos econômicos, sociais, culturais e financeiros emanem do consenso de um pacto social e político e não no dos gabinetes tecnocratas à prova de som, surdos aos clamores populares por melhores oportunidades de emprego e distribuição mais equitativa da riqueza nacional. Desejamos viver num país no qual o processo inflacionário seja atacado em suas causas originárias e não apenas em seus efeitos, quando apenas os salários são penalizados e o mercado interno impedido de fortalecer-se. Um país não mais a depender de diretrizes externas, mas voltado para as potencialidades de seu povo e de suas riquezas e fiel à sua predestinação histórica. Um país no qual sejam combatidos os efeitos colaterais da necessidade de "fechar" o balanço de pagamento a qualquer custo, mesmo elevando-se as taxas de juros no mercado interno, pretendendo-se o combate simultâneo das pressões inflacionárias e dos desequilíbrios da balança de pagamentos, quando é evidente que o remédio de um costuma ser o veneno do outro. Desejamos viver num país que não deve apenas pretender "desaquecer" a sua economia, mais aumentando a recessão e o desemprego. Não desejamos viver num país a adotar a esdrúxula fórmula de reduzir os lucros e os salários como forma de financiar os investimentos, deixando às empresas, como única alternativa pelo endividamento a um custo excessivo pelo dinheiro mais caro, a de elevar os custos financeiros repassados aos preços finais e mais comprimindo o poder de compra e acelerando o processo inflacionário. Desejamos viver num país que não mais mantenha os evidentes descontroles monetários, originados de crescentes volumes de recursos externos em dólares, transformados em cruzeiro e após retirados do mercado em tentativas de compensação, via colocação de Letras do Tesouro Nacional, mais acionando o "open-market" e transformando a nossa economia em paraíso da especulação financeira. Especulação estimulada pelas altas taxas de juros e conseqüente redução de oportunidade de investimentos, decorrência inevitável da política depressiva imposta pelo FMI, de desaceleração da economia. Um país cujo modelo se orgulha no seu caráter concentrador de riqueza, ampliador da miséria social, caracterizando-se em última instância, pela opressiva intervenção estatal na economia e da perversa distribuição de renda pessoal.

Não desejamos viver num país sem coragem de enfrentar o desafio das reformas agrária, tributária e constitucional. País no qual a grande maioria silenciosa percebe o desgoverno, nada se fazendo para combater a corrupção transformada em rotina. País a inflacionar a administração com torrente de leis, avisos, e portarias não respeitadas, país a pretender a segurança como máxima de desenvolvimento, quando ela nada mais é do que subproduto do progresso e bem-estar.

Não é este o país sonhado pelos nossos ancestrais e não é esta a pátria por nós desejada e que não almejamos seja aquela onde viverão nossos descendentes. Uma pátria sem poder de decisão e na qual cinquenta por cento dos brasileiros mais pobres tem participação de apenas dez por cento na renda nacio-

nal, por força de um modelo a propiciar apenas um relativo crescimento econômico, mas distribuído de maneira desigual os seus benefícios.

A pátria por todos os brasileiros desejada é aquela a proporcionar condições para um trabalho livre e não semi-servil e de uma empresa livre para reinvestir e ampliar-se tecnologicamente em eficiência inovadora — uma pátria na qual os municípios e os estados possam aplicar livremente os recursos tributários por si captados. Uma pátria na qual os pobres paguem menos impostos que os ricos. Uma pátria na qual não apenas um terço de sua população esteja imune às doenças e subnutrição e ao acesso ao ensino e às oportunidades de progresso e bem-estar. Não uma pátria cujo território está sendo transformado em imenso cassino estimulado pela corrosão salarial a incentivar toda a sorte de vícios, desde os tóxicos à prostituição.

A pátria na qual desejamos viver — e ao certo é a sonhada pelo Sr. Presidente não é esta, demonstrada pelas estatísticas, em cujo território sete em cada dez brasileiros são desnutridos; onde quinhentas mil crianças (contingente equivalente a uma Campinas) morre por ano, também por desnutrição; país onde, de cada dez trabalhadores, sete recebem até dois salários mínimos e quinze morrem diariamente em acidentes do trabalho; país onde a crise habitacional é de mais de sete milhões de domicílios, devendo ser acrescido de mais oito milhões apenas nos grandes centros, na próxima década, a prevalecer a mesma sistemática do BNH, transformado em banco privado; país no qual em cada trinta minutos morre um tuberculoso e no qual habita um povo que mais consome remédios do mundo, transformado em cobaia dos experimentos de vinte laboratórios multinacionais ou um repositório de medicamentos condenados nos países-sede dos mesmos laboratórios; país no qual mais de um milhão de irmãos migram anualmente do campo para as metrópoles, aumentando as favelas e a mendicância, em centros urbanos desprovidos de hospitais, asilos e creches. País das palafitas e dos mucambos, dos atravessadores, dos especuladores, e das mormodias. País onde as angústias populares não podem chegar ao supremo mandatário, isolado em seu gabinete, impedindo o povo de queixar-se diretamente não apenas ao seu presidente, mas também ao seu governador. País a pretender uma justiça mais rápida, e que com cento e trinta milhões de habitantes conta com apenas onze Ministros do Supremo Tribunal, quando em 1891, com apenas quatorze milhões de habitantes, possuía quinze Ministros na Suprema Corte, cada vez mais elitista, e transformada em Corte de Cassações.

A pátria onde desejamos viver é uma terra da qual sejamos os donos efetivos, uma pátria que seja uma verdadeira democracia e não onde todos se autodenominem democratas, mas sem oportunidades de emprego e sem acesso aos frutos do trabalho comum.

Para tanto porém, necessário repensar o modelo econômico infúquo que aí está e promovermos um mutirão de propósitos e de vontades para a construção da pátria sonhada pelo presidente a acalentada por todos os sofridos brasileiros, a ansiarem e a desesperarem pelas reformas pacíficas e não aquelas oriundas da violência e do desespero.

Enfim, desejamos viver num país em que todos possam viver com liberdade e justiça, eliminados os bolsões de pobreza relativa e absoluta, e ainda a infância carente e os desassistidos de toda a ordem.

Um país no qual haja diálogo entre governo e povo e cada um possa assumir um papel ativo na sua história. O que não mais desejamos é viver num país de indiferentes e abúlicos, transformados em legiões de acomodados, não com vocação para participarem mas curvados a ordens e ameaças, transformando a pátria em imensa massa de dominados."

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Esta é a Pátria que desejamos para todos os brasileiros, neste momento em que o País vive o problema angustiante do

desemprego e do subemprego, que trazem a milhares de lares brasileiros a angústia e o desespero, daí a solicitação nossa para que todos meditem nas palavras do presente artigo e possam cerrar fileiras para desempenhar o papel histórico a nós destinados no momento presente.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — No horário destinado à Liderança do PMDB, concedo a palavra ao Sr. Deputado José Antônio Fonseca.

O SR. JOSÉ ANTÔNIO FONSECA — Senhor Presidente, Srs. Deputados.

Não queremos, nesta oportunidade, tornarmos-nos repetitivos, mas diante de um dos problemas mais graves porque atravessa um dos municípios que representamos, queremos trazer a esta Casa, para que os Srs. Deputados tomem ciência, o posicionamento do Governo Municipal do Município de Matelândia, a respeito dos conflitos de terra lá existente.

O Governo Municipal de Matelândia, diante desse problema, posiciona-se da seguinte maneira: (Lê)

I — PRELIMINARES

1 — A Reforma Agrária oferece, no momento da difícil crise econômica brasileira, a grande oportunidade de fixar o trabalhador rural na terra evitando assim engordar as cifras de desemprego na cidade.

2 — A Reforma Agrária é um instrumento de justiça social que já chega tarde, mas que traz esperanças para uma ação política saneadora e eficaz. A dívida nacional que foi construída de cimento-concreto — vide: Itaipu, Ponte Rio-Niterói, Ferrovia do Aço, Angra dos Reis e tantas outras — deve ser redimensionada numa nova política econômica de investimento hábil nos grandes espaços agrários.

3 — A vocação brasileira, tem se dito, é a economia agropecuária, substituindo gradativamente os excessos de uma economia de dependência transnacional.

4 — Diante da morosidade das medidas cabíveis, a Nação aguarda ansiosa que a prioridade agrícola anunciada há anos pelo Governo Federal seja matematicamente colocada em primeiro lugar como investimento em ordem de importância. É cristalino esperar o óbvio.

II — O QUE ACONTECEU EM NOSSO MUNICÍPIO?

MATELÂNDIA, município encravado no Oeste Paranaense, constituiu-se como etapa de colonização desordenada da via migratória gaúcha e catarinense rumo ao norte. Sobrevivem desta época pioneira problemas e vícios de propriedades mal definidas, superpostas e sob aproveitamento de ocupação basicamente predatória.

A “Fazendas Reunidas Padroeira do Brasil” é um capítulo exemplar desse passado recente. São mais ou menos 3.500 alqueires, hoje disputados internamente pela família Minoli, parcialmente retalhada em posses, parcerias, contratos de arrendamento, reunindo em torno de 300 famílias de agricultores. No momento reacendeu-se a disputa pela ocupação da fazenda quando se acentuaram conflitos jurídicos entre pai e filho, dando oportunidade que arrendatários e posseiros pleiteassem a posse definitiva via Reforma Agrária. O reclamo direto se dá com justiça, porém, pela resistência em ceder trinta e cinco por cento da colheita como forma de arrendamento (trinta por cento do arrendatário e cinco por cento à figura do “gato”), enquanto a lei estipula apenas dez por cento nas condições ali apresentadas.

Diante disso houve mobilização espontânea somada com a presença da nova realidade política do Paraná — ou seja, o PMDB no Governo. Surge assim a esperança que o Governo Estadual seja um aliado confiável e agilizador do processo de transferência aos que trabalham a terra e a sua posse definitiva.

O Governo Municipal de Matelândia, também do PMDB,

alçado pelo voto popular, ouviu as reivindicações dos colonos por estradas e as atendeu integralmente no permissível, comprometendo-se apoiar ainda na contratação de um professor numa escola a ser construída pelos próprios colonos. Também tem sido um intermediário constante por uma negociação pacífica e ordeira, dentro da lei como expressa o Estatuto da Terra.

Nessa caminhada também atua a Comissão Pastoral da Terra através do MASTRO (Movimento dos Agricultores Sem Terra do Oeste). Afirmamos: não existe clima de violência. Não existe tumulto. Embora haja quem se interesse em insuflar invasão de outras fazendas no município, querendo com isso criar um clima emocional e perverso.

III — O QUE PODERIA SER FEITO?

O Governo Municipal de Matelândia, município essencialmente agropecuário, tem sua meta econômica e política voltada basicamente para o homem do campo. É do nosso interesse e, julgamos, de toda a nação, que a economia primária, única em condições de gerar riquezas permanentes e resolver a crise, possa receber finalmente medidas políticas de porte e investimentos saneadores como a Reforma Agrária. A municipalidade opta pela aplicação da lei, indenizando a quem de direito a propriedade legal, seja ela por minifúndio ou latifúndio, bem ou mal ocupada.

Opta ainda por uma seleção criteriosa dos beneficiários, limpando a área de possíveis posseiros “profissionais”, e dando terra para quem nela quer de fato se fixar com família e com produção agrícola. Opta também por entrega de titulação rápida, após teste de comprovação no prazo mínimo de cinco anos.

E, por último, convoca o bom-senso de todas as autoridades constituídas para que, por sua omissão, não venham a engordar as cifras de desempregados nas sedes municipais, indefesas, com recursos escassos e com dificuldades em orçamentos já comprometidos.

O Governo Municipal de Matelândia crê que o artigo 16 da Lei principal de n.º 4.504, de 30 de novembro de 1964, mais conhecida como Estatuto da Terra, deva ser um compromisso de honra de todo o governante, independente de partido político, e que exige hoje o bom-senso e o patriotismo. Nesse artigo diz assim:

“A Reforma Agrária visa estabelecer um sistema de relações entre o homem, a propriedade rural e o uso da terra, capaz de promover a justiça social, o progresso e o bem-estar do trabalhador rural e o desenvolvimento econômico do País, como a gradual extinção do minifúndio e o latifúndio”.

Ao mesmo tempo o Governo Municipal lembra que a posse da terra, quando legal, é um direito assegurado pela Constituição (artigo 153, parágrafo 22) e que dá garantias e tranquilidade aos que fazem bom uso da terra gerando riquezas e empregos. Por outro lado aponta para o artigo 18 do Estatuto da Terra, onde diz nos itens a, b, c, d o seguinte:

“Art. 18 — A desapropriação por interesse social tem por fim:

- a) condicionar o uso da terra à sua função social;
- b) promover a justa e adequada distribuição da propriedade;
- c) obrigar a exploração racional da terra;
- d) permitir a recuperação social e econômica das regiões”.

E acresce ainda o artigo 20, os itens III, IV e V:

“Art. 20 — As desapropriações a serem realizadas pelo Poder Público, nas áreas prioritárias, recairão sobre:

III — as áreas cujos proprietários desenvolveram atividades predatórias, recusando-se a por em prática normas de conservação dos recursos naturais;

IV — as áreas destinadas a empreendimentos de colonização, quando estes não tiverem logrado atingir seus objetivos;

V — as áreas que apresentem elevada incidência de arrendatários, parceiros e posseiros;”

E, por fim, o Governo Municipal de Matelândia apela às autoridades que emprestem sua voz na agilização desse processo, que quer levar a normalidade jurídica ao campo, e, assim, ocupar a mão-de-obra ociosa, mal aproveitada e injustamente explorada no interior de nosso País.

Solicita ainda que a Imprensa divulgue esta luta social e seja uma fiel aliada dos fatos que se sucederem em prol de uma ocupação pacífica e racional que já vem tarde, mas que ainda é possível retomar.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
MATELÂNDIA, ABRIL DE 1983."

O Sr. Gabriel Manoel — Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento).

Agradeço a Vossa Excelência. Vossa Excelência está nos orientando num fato sério que não só o Paraná, como o Brasil, precisa. Estas leis, estes artigos que Vossa Excelência citou. Mas também queria que esta Assembléia dirigisse um documento ao Senhor Secretário de Indústria e Comércio, que é o maior latifundiário na região da boca do Acre, da região onde ele tem um latifúndio incomensurável. Vossa Excelência devia também citar o Sr. Secretário de Indústria e Comércio, o Sr. Simeão que tem dois aviões e tem capangas lá dentro, na terra dele.

É isto que Vossa Excelência devia fazer para complementarmos esta sua citação que é certa, é honesta, é honrada.

Agora, o adágio popular: "faça o que digo, mas não faça o que eu faço", então quando o Governo José Richa tem um dos maiores latifundiários do Paraná na sua Secretaria, latifundiário no Nordeste, em que mandam matar posseiros, Vossa Excelência deveria consultá-los antes de vir fazer um pronunciamento.

Dizemos isto para que Vossa Excelência nos convoque para fazermos, irmamente, destas duas bancadas, a trincheira em benefício do povo. Enquanto tivermos Secretários do Governador Richa, os maiores latifúndios improdutivos, com capangas para expulsar posseiros que não são paranaenses, são nordestinos, que também têm sangue na veia. Vossa Excelência devia meditar. Devia pedir a este Secretário, que conheço desde criança, que fizesse o que Vossa Excelência está precisando fazer, pelo bem do Paraná e de sua gente.

Agradeço a Vossa Excelência. Esta orientação há de servir para o Paraná, há de servir para o Brasil e há de servir, principalmente, para os Secretários do Governo de Vossa Excelência que estão corrompendo. Os maiores latifúndios improdutivos estão nas mãos dos homens que acompanham José Richa. Inclusive o BAMERINDUS; inclusive o Secretário de Indústria e Comércio, para não citar o resto que no momento oportuno citaremos, porque nós temos respeito, Sr. Deputado, e o respeito há de vir, quando acertarmos a nossa casa. Acertem a sua casa, acertem os Srs. Secretários, que são os latifundiários improdutivos.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — A Presidência lamenta e comunica ao orador que se encontra na tribuna, que seu tempo está esgotado. Concede-lhe mais cinco minutos para a conclusão de vossa oração.

O Sr. Paulo Furiatti — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Sinto-me muito feliz em saber que um Prefeito do PMDB, do Estado do Paraná, de Matelândia, analisou o grave problema da ocupação da terra, se manifesta através do nobre Deputado, colocando uma situação séria, e na qual se encontra este País. Todos sabemos, que a reforma agrária, nobre Deputado, como Vossa Excelência sabe, é um imperativo social e a sociedade brasileira está a clamar pela reforma agrária. Lembro inclusive ao nobre Deputado, que dispomos das leis deste País, sem inclusive promovermos outras leis, que foi instituído o Estatuto da Terra, com Castello Branco, e que são leis que podem ser aplicadas a nível nacional.

Parabenizo pela profunda coragem do nobre Deputado e do Prefeito em solicitar a reforma agrária no Paraná. Para con-

cluir digo o seguinte: todos nós cidadãos, independente de partido, temos que nos sujeitar à correção da lei. Esta lei vale para mim, como vale para Vossa Excelência, como vale para qualquer cidadão neste Estado do Paraná. E o que o PMDB pede, é a aplicação do Estatuto da Terra, para que todos, sob o império da lei, possamos implantar definitivamente a reforma agrária, ansiada pelos trabalhadores rurais, que hoje não têm sequer pedaço de terra, para produzir, tanto para sua família, como para esta Nação brasileira e para esta imensa maioria do povo brasileiro, que nos dias de hoje se volta à sua mesa, sem recursos alimentares, suficientes, para alimentar os seus cidadãos, para alimentar os seus filhos, para alimentar o cidadão brasileiro, que está morrendo de fome, por um sistema econômico autoritário e que desconhece a própria lei, nascida de dentro do regime e que é o primeiro passo para que possamos, inclusive, atingir a nossa independência tão almejada.

Muito obrigado, nobre Deputado.

O SR. JOSÉ ANTÔNIO FONSECA — Muito obrigado. Agradeço o aparte do Deputado Paulo Furiatti, que vem enriquecer este nosso pronunciamento.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, a posição, deste humilde Prefeito aqui do interior do nosso Estado, vem caracterizar o posicionamento desta abertura democrática que todos nós ansiamos, que sobrepuja e transcende a cor partidária.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — No horário reservado à Liderança do PMDB, concedo a palavra ao Sr. Sérgio Spada, por doze minutos.

O SR. SÉRGIO SPADA — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

A título de esclarecimento, em princípio eu gostaria de agradecer a sugestão e aceitaria até, a sugestão do nobre Deputado Nelson Buffara, se nós já não tivéssemos feito queixa junto à Delegacia de Polícia de Foz do Iguaçu e o inquérito estar sendo instaurado.

Porém, refuto a sua colocação, de que esta denúncia é descabida. Vossa Excelência muito pouco sabe de Foz do Iguaçu e particularmente neste caso, Vossa Excelência, tenho certeza absoluta, está totalmente alheio.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, faz duzentos e dezesseis dias que Juvêncio Mazarrollo, jornalista do jornal "Nosso Tempo", está preso no Ahú, condenado com base na "Lei de Segurança Nacional". (Lê):

"Hoje, com o enchimento do lago, após a conclusão da barragem da Itaipu Binacional, os moradores que residem em cidades e áreas agrícolas próximas ao reservatório, estão se defrontando com diversos problemas, resultantes do acúmulo da água e da despovoação da área, que certamente não foram previstos pela empresa construtora, nem imaginado pelos afetados, direta ou indiretamente, pela construção da obra.

De Foz do Iguaçu a Guaíra, de ambas as margens do lago, uma grande massa de seres humanos está sendo prejudicada, e sofrendo ainda conseqüências e prejuízos, gerados por circunstâncias alheias à sua vontade, mas do reflexos da constru-

ção desta gigantesca obra, onde foram investidos duas dezenas de bilhões de dólares, em condições e circunstâncias inoportunas, por estes dois países do cone sul, gerido por governantes tecnocratas e militares.

Hoje, venho a esta tribuna, não para fazer análises desta malfadada e megalomânica experiência, mas venho sim, preocupado com incontáveis problemas pendentes na área, que infernizam a vida de milhares de brasileiros e paraguaios, que se encontram sem respostas para os mesmos, apesar dos anos que já se passaram, após o início da obra.

Na nossa região, são inúmeros os problemas que hoje afloram. Além da perda de riquíssimas áreas de terras, da diminuição da arrecadação e graves problemas sociais, que são problemas de todos os municípios afetados pela Itaipu, temos dificuldades que carecem imediatas soluções. Foz do Iguaçu, após o enchimento do reservatório e o desmembramento do Município de Santa Terezinha de Itaipu, está perdendo mais duas consideráveis parcelas do seu território. A agrovila denominada São Sebastião ficou isolada de Foz do Iguaçu e para se ter acesso ao local deve-se utilizar de estradas situadas no território de Santa Terezinha de Itaipu, porque ficou separada do município pelo canteiro de obras da hidrelétrica. Mais duas agrovilas, Passo Cuê e Laranjal, sofrem dificuldades ainda piores. Ficaram localizadas longe do território de Foz do Iguaçu, 60 kms. Estão separadas pelo lago, por um lado e por outro pelos Municípios de São Miguel do Iguaçu e Santa Terezinha de Itaipu. Os iguaçuenses destas localidades estão em estado de abandono total. Sem escolas, sem estradas, sem comércio e sem ter a quem recorrer. Pois que Itaipu joga os problemas aos municípios e estes jogam os problemas para Itaipu.

A única solução para estes problemas, será um acordo entre estes três municípios, de se fazer um remapeamento, com a permuta de áreas entre os mesmos. Nesta negociação Itaipu deverá participar.

Na Vila Vitorassi, proprietários de terras são obrigados a percorrerem vinte km, com colheitadeiras, tratores e equipamentos agrícolas, para trabalharem a terra que fica distante apenas 50 metros de suas garagens, tendo um gasto de combustível e de tempo, inestimável, porque suas terras ficaram divididas pelo lago.

Santa Terezinha de Itaipu teve sua segunda maior rodovia seccionada pelas águas do lago e até o momento, sequer existe um estudo para um novo traçado da mesma.

Agrovilas estão se aniquilando aos poucos, com os comércios falindo, com escolas, igrejas e outras construções das comunidades sendo esvaziadas, devido à indenização e à conseqüente evasão dos moradores destas localidades.

No dia 5 de fevereiro de 1983, reuniu-se em Santa Helena, grande número de moradores de toda a região, para levantar problemas pendentes com a Empresa Binacional e surgidos com o represamento das águas do Rio Paraná, após o fechamento das comportas da barragem. Na oportunidade os afetados fizeram seus relatos e enumero aqui alguns.

Comunidades, e até mesmo pequenas cidades, como Esquina Rosa, Jacutinga, Lindomar, Cristo Rei, São José do Itavó, Esquina Gaúcha, São Clemente, Porto Guaçu, Santa Helena, entre outras, que foram atingidas parcialmente pelas desapropriações, estão todas, sem exceção, esvaziando e paula-

tinamente sucumbido. A exemplo do que está ocorrendo em locais próximos a Foz do Iguaçu, o comércio está fechando as portas, vilas estão se transformando em taperas, os lotes urbanos que outrora tinham valor comercial, nada valem, escolas com reduzido número de alunos, paralizaram e deixam dezenas de alunos sem aulas.

Moradores ficando isolados, sem o transporte de ônibus, com estradas interrompidas pelo lago e sem conservação, deixando a população em estado de desespero.

A beira do lago é assiduamente freqüentada pelos ladrões de automóveis de todo Brasil, que aproveitam a calmaria das águas do lago para atravessar carros roubados para o Paraguai, tornando o clima na área inseguro e tenso.

Proprietários de postos de revenda de combustíveis, como é o caso da Abastecedora Alegretti Ltda., que ficaram localizadas praticamente na faixa de segurança do lago, sem movimento, não conseguem a autorização do C.N.P. (Conselho Nacional do Petróleo) para removerem as instalações.

Vinte e quatro famílias de índios, que foram reassentados numa pequena área de terra às margens do Rio Ocof, denunciaram a omissão por parte da Funai, que recebeu a indenização das suas benfeitorias e as abandonou.

A Associação Comercial de Santa Helena denunciou um grave problema de saúde, afirmando que ocorreram vários casos de malária (doença típica na região) no município e que não foi dada uma explicação sobre o fato por parte dos responsáveis.

Com o enchimento do lago, surgiram inúmeros casos de infiltrações de águas em fossas no perímetro urbano, infiltração de águas em galpões e pocilgas de proprietários rurais, infiltrações de águas em depósitos, silos de cerâmica e outros estabelecimentos comerciais, inclusive cooperativas.

Grandes áreas de terras ficaram inundadas, distante do lago, e da própria faixa de segurança, tornando-as imprestáveis e perdidas, pois que ficaram submersas. Essas áreas não foram indenizadas e os pequenos colonos não podem perder suas encostas terras.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, possuo em mãos, relatórios contendo diversos outros problemas e os deixo à disposição.

Os municípios prejudicados por Itaipu, reivindicam gestões da mesma junto a quem de direito, para a liberação de recursos, imediatamente, através da Sudesul, Prodopar, ou outros órgãos, para se refazerem dos grandes prejuízos sofridos e para poderem executar obras como estradas, pontes, escolas, etc. que estão sendo necessárias, mas que os mesmos não suportam este ônus.

É, Sr. Presidente, Srs. Deputados, com a atenção voltada para essas dificuldades da nossa gente que estou requerendo através da Casa, para que dirija um requerimento à Itaipu Binacional, visando o aproveitamento da Faixa de Segurança que envolve o lago, como forma de compensar os prejuízos pela construção da Hidrelétrica de Itaipu."

Concedo o aparte ao nobre Deputado Werner Wanderer. O Sr. Werner Wanderer — Este Deputado também representa aquela região, principalmente os Municípios de Santa Helena, Marechal Cândido Rondon, uma parcela do povo de Guafra e a área ribeirinha do Lago de Itaipu.

Nós, politicamente, fomos prejudicados demais por Itaipu, nós do PDS, porque o PMDB fez "cavalo de batalha" em cima, não só a ribeirinha, mas toda a região interna foi para nós prejudicada.

Evidentemente não tenho procuração para defender Itaipu e acho que ali se fez muita coisa errada. Agora, imputar a toda Itaipu os erros, acho que...

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - (Faz soar os tímpanos).

A Presidência comunica que o seu tempo está esgotado, concedo-lhe um minuto para que conclua a sua oração.

O SR. SÉRGIO SPADA — Concedo oo minuto ao Deputado que se encontra com o aparte.

O Sr. Werner Wanderer — Concluo. Então acho o seguinte: hoje o Partido Majoritário desta Casa manda no Paraná. É o PMDB que manda.

Mas o Governo do Estado realmente tem condições de ajudar aqueles que foram prejudicados. Todas aquelas escolas que estão faltando, todos nós juntos vamos discutir, vamos cobrar de Itaipu, mas vamos parar de deixar aquele pessoal sem escola e aí está a grande oportunidade de mostrar que o Governo que está mandando quer bem àqueles homens, vamos ajudá-los. O Governo que está aí tem a oportunidade de mostrar, realmente. Estou junto nessa briga para, a qualquer hora, cobrar de Itaipu, mas vamos já, de imediato, atender esse pessoal.

O SR. SÉRGIO SPADA — O Governo Federal e o Governo Estadual.

O Sr. Werner Wanderer — Juntos, juntos.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — A Presidência consulta à Liderança do PMDB se fará uso do horário que lhe é destinado. (Declina).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 35 Srs. Deputados.

A Mesa comunica ao Plenário que está encerrada a apresentação de Emendas às Proposições nºs 32/83 e 41/83, Propostas de Emenda à Constituição do Estado de autoria dos Srs. Deputados Gabriel Sampaio e Nilso Sguarezi, respectivamente, as mesmas irão à Comissão Especial de Reforma à Constituição.

Esta Mesa solicita às Lideranças Partidárias a indicação dos Srs. Deputados que deverão compor a referida Comissão.

Sobre a mesa projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente, devidamente apoiado.— Ao Departamento Legislativo.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Acir Mezadri, constante do expediente., Necessita de apoio.— Apoiado. - Ao Departamento Legislativo.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei nº 87/82, que declara de utilidade pública a "HCJB A VOZ DOS ANDES — ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO DIFUSÃO DO EVANGELHO NO BRASIL", com sede e foro nesta Capital.— **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 87/82

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — Fica declarada de utilidade pública a "HCJB A VOZ DOS ANDES — ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO DIFUSÃO DO EVANGELHO NO BRASIL", com sede e foro nesta Capital.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 29 de abril de 1983.

(aa) AMÉLIA HRUSCHKA, Presidente;

TADEU LÚCIO MACHADO — Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei nº 88/82, que declara de utilidade pública a "IRMANDADE DAS IRMÃS DIACONISAS BETÂNIA", com sede e foro nesta Capital.— **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 88/82

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — Fica declarada de utilidade pública a IRMANDADE DAS IRMÃS DIACONISAS BETÂNIA, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29 de abril de 1983.

(aa) AMÉLIA HRUSCHKA — Presidente;

TADEU LÚCIO MACHADO — Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei nº 96/82, que declara de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES DO PALÁCIO IGUAÇU", com sede e foro na Cidade de Curitiba.

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 96/82

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — Fica declarada de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES DO PALÁCIO IGUAÇU, com sede e foro na Cidade de Curitiba.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 29 de abril de 1983.

(aa) AMÉLIA HRUSCHKA — Presidente;

TADEU LÚCIO MACHADO — Relator.

Em discussão.

O SR. FUAD NACLI — Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Fuad Nacli.

O SR. FUAD NACLI — Requeiro a Vossa Excelência que seja feita a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — A Presidência atende e solicita do Sr. 1º Secretário que proceda a chamada nominal dos Srs. Deputados.

(É feita a chamada nominal dos Srs. Deputados).

Responderam a chamada 37 Srs. Deputados. Há "quorum" para deliberações. Em votação a Redação Final do Projeto de Lei nº 96/82.— **Aprovado.**

O SR. NILSO SGUAREZI — (Pela ordem) — Sr. Presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — A Mesa defere. Solicito aos Srs. Deputados que tomem seus lugares, para facilitar a contagem de votos.

(É procedida a verificação de votação).

23 Srs. Deputados aprovam; nenhum Sr. Deputado rejeita. Não há "quorum" para deliberações, somente para prosseguimento da sessão.

O SR. GABRIEL MANOEL — (Pela ordem) — Sr. Presidente, artigo 97. Queria que Vossa Excelência mandasse proceder a chamada nominal dos Srs. Deputados e que solicitasse aos Srs. Deputados que respondessem a chamada, que permaneçam em suas bancadas. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — A Presidência defere e solicita ao Sr. 1º Secretário que proceda a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. 1º SECRETÁRIO — (Faz a chamada). — 27 Srs. Deputados responderam à chamada.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — 27 Srs. Deputados responderam à chamada. Não há "quorum" para deliberação, somente para prosseguimento da sessão.

O SR. GABRIEL MANOEL — (Pela ordem) — Queria que Vossa Excelência nos fornecesse, se possível, uma cópia da ata para que seja descontado dos Deputados ausentes, dos seus vencimentos. Muito obrigado.

O SR. NILSO SGUAREZI — (Pela ordem) — Sr. Presidente, já se votou parte da Ordem do Dia, portanto, cumpriu-se o Regimento Interno. Creio que o requerimento do Deputado Gabriel Manoel é totalmente descabível.

O SR. GABRIEL MANOEL — (Pela ordem) — Parte não é o volume global, Sr. Presidente. O global, de acordo com o Regimento Interno, é, após votada toda a matéria; parte, é parte; o meio é fração, e nós não estamos fracionando uma Assembléia, estamos querendo, é que os Deputados façam jus aos seus vencimentos que já, como diz o Paraná e o Brasil, já é um vencimento faraônico - então nós queremos que Vossa Excelência mande proceder, Sr. Presidente, de acordo com o que manda o Regimento Interno, e com Vossa Excelência, eis que a determinação pertence a Vossa Excelência. Agora, parte é parte, e nós estamos fracionando porque nós não somos uma plêiade de homens sem responsabilidade!

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — A Mesa esclarece que, as ausências e os comparecimentos, constarão na ata dos trabalhos de hoje.

O SR. GILBERTO CARVALHO (Pela ordem) — Julgo oportuna, Sr. Presidente, a Questão de Ordem levantada pelo líder, Deputado Nilso Sguarezi, quando diz que parte da matéria já foi votada. Para esclarecer uma dúvida nesta Casa, porque, era praxe, na Legislatura passada, votada a Ordem do Dia, mesmo que o Deputado estivesse ausente, nos requerimentos não levaria falta, e, agora, ultimamente, votando a Ordem do Dia, nos requerimentos o Deputado tem levado falta. Gostaria de saber da Mesa, qual o critério que está sendo adotado.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — A Mesa esclarece a Vossa Excelência: o Artigo 13 da Constituição do Estado do Paraná, no seu parágrafo 3.^o, diz o seguinte:

“O pagamento da parte variável do subsídio correspondente ao comparecimento efetivo do Deputado, e à participação nas votações”.

A Constituição não especifica se é Ordem do Dia, mas, sim, nas votações.

O SR. GABRIEL MANOEL — Mais uma vez, pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Esclareço o ilustre Deputado Gabriel Manoel, que o Regimento Interno proíbe a Mesa que lhe conceda a palavra pela ordem, para tratar do mesmo assunto.

O SR. GABRIEL MANOEL — Não é o mesmo assunto, Sr. Presidente. É outro assunto.

O SR. GABRIEL MANOEL — Não é o mesmo assunto, Sr. Presidente. É outro assunto. Queria que Vossa Excelência dissesse se, então, no Regimento Interno está escrito, está inserido isso que Vossa Excelência disse ao Deputado Gilberto Carvalho?

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — A Mesa esclarece que a Constituição do Estado do Paraná está acima do Regimento Interno da Casa.

O SR. GILBERTO CARVALHO (Pela ordem) — Sr. Presidente, complementando, gostaria de saber da Mesa, entendi o que Vossa Excelência quis dizer e já havia visto na Constituição, qual o critério que será adotado pela Mesa, nas votações, então significa todas as votações, inclusive requerimentos, ou, será adotado como anteriormente, a Ordem do Dia?

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Está sendo adotado

o critério, nas votações, como determina a Constituição do Estado do Paraná.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 04/83, que suspende por um prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a aplicação do Decreto Legislativo nº 95/83, de 08 de fevereiro de 1983, ou até a regulamentação uniforme do uso do relógio-ponto no âmbito do Poder Judiciário e Tribunal de Contas. Com Pareceres Favoráveis da C.C.J. e C.R., por unanimidade.— EM REGIME DE URGÊNCIA.— Encerrada a discussão.
(Publicado no Diário da Assembléia, nº 25).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 04/83

PARECER

Trata a matéria da suspensão dos efeitos do Decreto Legislativo nº 95/83, que instituiu o relógio-ponto para os funcionários desta Casa, pelo prazo de cento e oitenta (180) dias, ou até a regulamentação uniforme de seu uso nos mais Poderes do Estado e Tribunal de Contas.

Embora a intenção da Comissão Executiva fosse, ao que tudo indica, a dinamização dos serviços da Secretaria, não se conseguiu o intento.

Ao nosso ver está a suceder de forma inversa, pois criou-se um clima de insegurança entre os funcionários que efetivamente trabalham e que são, indiscutivelmente, a maioria, que se sentem humilhados e diminuídos, atingidos em sua honrabilidade.

A implantação do relógio-ponto, da forma como foi preconizada, que impede o próprio servidor de realizar a operação de marcar seu cartão, atribuindo-se tal tarefa a um terceiro que se encontra dentro de uma cabine indepassável, legou, a cada um dos leais servidores, a mácula da desonestidade, ficando o funcionário, inclusive, sujeito a erros que, praticados por outrem, virão se refletir, na forma de descontos na sua folha de pagamento.

É inegável que a honorabilidade dos funcionários que sempre cumpriram com os seus deveres e obrigações e que, sem sombra de dúvidas, vêm carregando o Poder Legislativo por longos anos foi atingida. Quisesse a Comissão Executiva implantar sistemática administrativa diversa da usual, que tivesse realizado sindicâncias para apurar a responsabilidade dos funcionários faltosos e ditos fantasmas, que acreditamos não existirem.

Quando o primeiro Secretário, e o fomos por nove vezes, tentamos a implantação do relógio-ponto para a agilização dos serviços da Casa, porém, chegamos à conclusão de que não é uma simples “batida de ponto” que dará um relacionamento eficaz e uma dedicação maior dos funcionários para com os serviços e atendimento dos Srs. Deputados.

Temos, acima de tudo, que lembrar que esta é uma casa política por sua própria natureza, onde os funcionários que não estão afetos à administração propriamente dita, realizam tarefas atribuídas pelos Srs. Deputados, de cunho eminentemente político, cumprindo-as excelentemente.

Em razão destas tarefas políticas, diversos funcionários estão liberados do ponto mecânico, fazendo que, por isso mesmo, sintam-se a maioria vítima de uma injustiça maior.

Podemos até dizer que os atuais partidos políticos, quando em formação, tiveram dedicada ajuda dos funcionários deste Poder, realizando os mais diversos serviços, o que não seria possível caso estivesse em uso o relógio-ponto.

Deve ressaltar-se que medidas que possam ferir a sensibilidade média e, por que não dizer, a honorabilidade das pessoas não são aceitas com naturalidade e, especialmente, no caso em tela, que até a honestidade dos funcionários foi posta em dúvida, é de não estranhar-se o descontentamento generalizado que está ocorrendo em nosso meio.

Outras medidas, de ordem material e econômica, sem o caráter de quase punição como a do Decreto nº 95/83, poderiam ser adotadas para o incentivo dos funcionários, que em sua maioria contam com mais de vinte anos de serviço, e já estão imotivados em parte pela inoperância ocorrida no Poder após a reforma constitucional de 1.969.

No nosso entender a responsabilidade do controle da frequência do servidor, deve ser atribuída aos respectivos diretores, com estes delegando tal competência aos seus chefes setoriais, que no dia-a-dia analisarão e decidirão sobre os eventuais descontos e justificações.

Por outro lado urge que sejam tomadas medidas que possam melhor remunerar nossos dedicados funcionários, a fim de motivá-los a um desempenho e eficiência maiores.

Somos, pelo exposto, favoráveis ao presente projeto de resolução, não havendo qualquer óbice constitucional que possa eivá-lo.

Sala das Comissões, em 26 de abril de 1983.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CESAR — Presidente;

ANIBAL KHURY — Relator;

Apoio: Ivan Gubert, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Ervin Bonkoski, Tadeu Lúcio Machado e Edmar Luiz Costa.

COMISSÃO DE RECURSOS HUMANOS PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 4/83

PARECER

O Projeto de Resolução nº 4/83, de autoria do nobre Deputado Antônio Anibelli, que propõe a suspensão da aplicação neste Poder do relógio-ponto, cujo uso foi instituído pelo Decreto Legislativo nº 95/83, por requerimento do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, foi encaminhado a esta Comissão de Recursos Humanos para parecer.

O projeto já recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça.

No que respeita o âmbito desta Comissão, quer nos parecer que o projeto de resolução em epígrafe, cuja finalidade principal é suspender a adoção de uma medida inoportuna e antipática, até a regulamentação de sua aplicação em outros órgãos e nos demais Poderes do Estado, é uma medida que deve contar com o nosso mais integral apoio, dadas não apenas as características peculiares do funcionamento dos serviços desta Assembléia, no qual inúmeros funcionários são muitas vezes designados pelos Srs. Deputados para prestar serviços externos, como pela inocuidade ao atingir ao famigerado "funcionário fantasma", visto que, pelo que consta, a maioria dos que assim poderiam ser designados já se encontram devidamente acobertados, quer pelos Deputados, quer pela administração da Casa, quer por órgãos de outros Poderes.

Nestas condições, nosso parecer não pode ser outro que não seja pela APROVAÇÃO.

Sala das Comissões, em 26 de abril de 1983.

(aa) ODENI MONGRUEL — Presidente;

EDGARD PIMENTEL — Relator.

Apoio: Nelson Vasconcellos e Tadeu França.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário da Saúde e do Bem Estar Social, com a finalidade de obtenção, através daquele órgão, para o Município de Boa Esperança, de ambulâncias com equipamentos adequados.— **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Secretário da Saúde e do Bem Estar Social, com a finalidade de obtenção, através daquele órgão, para o Município de Peabiru, de ambulâncias com equipamentos adequados.— **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Governador do Estado, sugerindo a criação de um Grupo Especial de Trabalho para estudar a viabilidade da criação de uma Companhia Aérea do Paraná, nos moldes de já existentes em outros Estados da União.— **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Orlando Pesuti, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário da Administração, encarecendo medidas junto ao IPE, no sentido de serem credenciados dentistas e oftalmologistas, através desse órgão, para o Município de Ivaiporã.— **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nestor Baptista, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Governador do Estado, no sentido de através do setor competente, nomear com a máxima urgência, os candidatos aprovados em concurso público para Agentes de Segurança.— **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Nelson Vasconcellos e Tuguiu Setogutte, constante do expediente, solicitando o envio de sugestão ao Ministro da Agricultura, Presidente do Banco do Brasil e outras autoridades, encarecendo a liberação total das verbas contratadas junto ao Banco do Brasil de Umuarama, destinadas à colheita de café.— **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Vasconcellos, constante do expediente, solicitando o envio de sugestão ao Sr. Secretário da Agricultura, encarecendo a implantação de Armazéns da Copasa, na cidade de Pérola.— **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Vasconcellos, constante do expediente, solicitando o envio de sugestão ao Sr. Secretário da Agricultura, encarecendo a implantação de Armazéns da Copasa, no Município de Altônia.— **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando a transcrição nos Anais da Casa, de matéria publicada na "Folha de Londrina", com o título "Será assinado hoje protocolo para recuperar bacia poluída".— **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando envio de expediente parabenizando a Associação Médica Regional de Campo Mourão, pela inauguração de sua sede social.— **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando seja construída nesta Casa, Comissão Especial destinada a realizar estudos sobre a viabilidade da criação da Caixa Econômica Estadual do Paraná, composta de sete Srs. Deputados.— **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário dos Transportes, consubstanciado em pedido de informações, visando esclarecer esta Casa dos motivos que determinaram a não utilização da nova estação rodoviária construída na cidade de Jacarezinho.— **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Edgard Pimentel, constante do expediente, solicitando seja encaminhada proposta à Secretaria da Justiça, através do Governo do Estado, no sentido de que a localidade de São Sebastião, Município de Vera Cruz do Oeste, seja elevada à condição de Distrito Administrativo.— **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Orlando Pesuti, constante do expediente, solicitando seja oficiado à Secretaria da Educação, visando a construção do prédio da Escola João de Mattos Leão, localizada no Distrito de Alto Porã, Município de Ivaiporã.— **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Orlando Pes-

suti, constante do expediente, solicitando seja oficiado à Superintendência do Inamps, encarecendo urgência no credenciamento de Dentistas e Oftalmologistas para o Município de Ivaiporã.— **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Sérgio Spada, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Presidente do Tribunal de Justiça, encarecendo estudos para viabilizar a elevação da Comarca de Foz do Iguaçu à condição de Entrância Final.— **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Sérgio Spada, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Presidente do Tribunal de Justiça, encarecendo estudos para criação da Comarca no Município de Santa Terezinha de Itaipu.— **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Sérgio Spada, constante do expediente, solicitando o envio de ofício à Itaipu Binacional, no sentido de que a mesma efetue estudos que visem a viabilidade de uso da "Faixa de Segurança", que circunda o lago de Itaipu.— **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Edgard Pimentel, constante do expediente, solicitando ao Governo do Estado, através da Secretaria da Cultura e dos Esportes, a construção de um Ginásio de Esportes na cidade de Laranjeiras do Sul.— **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Edgard Pimentel, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário do Interior, no sentido de que não pudessem os usuários de seus serviços com cortes de energia, água e telefones às Empresas Copel, Sanepar e Telepar, nas sextas-feiras ou vésperas de feriados.— **Encerrada a discussão.**

A Presidência registra com satisfação as presenças em plenário do Sr. Albino Corazza Neto - Prefeito de Toledo, e se faz acompanhar do Secretário da Administração daquele município, Nelson Bucalão. Também a presença do Vereador Antônio Zacarias Oliveira, do Município de Piraí do Sul.

O SR. GABRIEL MANOEL — (Pela ordem) — De acordo com o artigo 97, requeiro a Vossa Excelência, se possível, mandar fornecer-me uma cópia da ata dos trabalhos de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — A Presidência atenderá Vossa Excelência.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 5, quinta-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO — REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei nº 96/82.

EM VOTAÇÃO — 1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 04/83.

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Lei nºs 97, 111 e 131/82. Marcando ainda uma sessão para o dia 06, sexta-feira, às 10:00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Lei nºs 132, 137, 139 e 140/82.

Levanta-se a sessão.